



## CÂMARA DOS DEPUTADOS.

### COMISSÃO DE TRABALHO PROJETO DE LEI 733/2025 (Do Sr. Leur Lomanto Júnior)

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Apresentação: 23/04/2025 13:25:26.207 - CTRAB  
EMC 404/2025 CTRAB => PL 733/2025  
EMC n.404/2025

### EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o inciso XXXVI e § 1º, § 2º e § 3º no artigo 13 do Projeto de Lei nº 733/2025, com a seguinte redação:

“Art. 13 .....

XXXVI – Constituir guardas portuárias, com quadro próprio de pessoal, na forma do artigo 37, II da Constituição Federal, estruturado em carreira, com vinculação ao gestor máximo da autoridade portuária, destinando-se ao patrulhamento dos portos e instalações portuárias, incluindo retroáreas, as áreas molhadas e adjacentes, com o empregar de ações de controle de acesso e monitoramento da circulação de mercadorias, cargas, veículos e pessoas.

§ 1º As guardas portuárias no exercício de suas competências, não exercerá funções inerentes às polícias judiciárias, nem procederá à apuração de infrações penais, cuja competência é exclusiva da polícia federal e das polícias civis, assegurada a atividade de inteligência que lhe é própria.

§ 2º As guardas portuárias será admitido o exercício de ações preventivas, ostensivas e repressivas à ilícitos de qualquer natureza, respeitadas as competências dos demais órgãos a que se refere o *caput* especialmente as de polícia judiciária.

§ 3º As guardas portuárias está sujeita ao controle externo da polícia federal.”

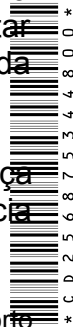
### JUSTIFICATIVA

A Guarda Portuária consiste em **órgão operacional de segurança pública**, que exerce, ao lado da polícia federal, importante função de fiscalização e de vigilância nos portos brasileiros.

Sua relevância na segurança pública elevou-se ainda mais após o atentado terrorista de 11.09.2001 ao World Trade Center (WTC): a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou o Tratado Internacional – do qual o Brasil é signatário – Código Internacional para Proteção a Navios e Instalações Portuárias (ISPS CODE), que preconizou a necessidade de implementar determinadas medidas de segurança nos portos, aeroportos, além de outros pontos de entrada e saída de pessoas e bens.

Assim, com o objetivo de concretizar o comando internacional, em 2002, o Ministério da Justiça instituiu o **Plano Nacional de Segurança Pública Portuária**, no qual define a competência da Guarda Portuária da seguinte forma:

- Promover a vigilância e a segurança no porto organizado. Na zona primária do porto organizado, a vigilância será levada a efeito com o objetivo de garantir o cumprimento da legislação que regula a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS.

- b) Prestar auxílio às autoridades que exerçam suas atribuições no porto, sempre que requisitada. Portanto, a Guarda Portuária deverá colaborar com os órgãos de segurança pública e demais autoridades que atuam na área portuária para manutenção da ordem e a prevenção de ilícitos no interior daquelas instalações;
- c) **Exercer o policiamento interno das instalações do porto;**
- d) **Zelar pela segurança, ordem, disciplina e fiel guarda dos imóveis, equipamentos, mercadorias e outros bens existentes ou depositados na área portuária, sob a responsabilidade da administração portuária;**
- e) **Deter, em flagrante delito, os autores de crimes ou contravenções penais e apreender os instrumentos e objetos que houverem relação com o fato, entregando-os à autoridade competente;**
- f) **Registrar a ocorrência, quando constatadas atividades ilícitas, acidentes de trabalho, sinistros ou avarias em equipamentos e veículos ou atividades irregulares que venham a prejudicar o andamento das operações portuárias, mantendo a preservação do local do delito, efetuando os levantamentos preliminares e encaminhando-os à autoridade competente;**

Posteriormente, ao densificar a Constituição na parte de segurança pública, o Congresso Nacional *legitimamente* editou a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que estabelece a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública Nacional, **“concretizando o comando do § 7º do art. 144 da Constituição da República”** (excerto do voto do Min. Luiz Edson Fachin na ADI 6621 – grifou-se).

Neste cenário demonstra que a Guarda Portuária nacional tem, sim, por finalidade a **fiscalização e o combate a ilícitos**, que consistem no controle de acesso e monitoramento (CFTV) da circulação/trânsito de mercadorias, cargas, veículos e pessoas nos 36 (trinta e seis) portos públicos brasileiros. Assim, tem-se que a segurança portuária é exercida pelo desempenho conjunto das autoridades federais (polícia federal, receita federal) e da guarda portuária, com olhar atento das autoridades sanitárias e ambientais.

A principal função exercida pela Guarda Portuária consiste em **reprimir o contrabando e descaminho de mercadorias e cargas, o tráfico de armas e drogas, e demais ilícitos.**

Como se sabe o Brasil possui dimensões continentais e faz fronteiras com outros países responsáveis pela produção de drogas ilícitas, tais como Bolívia e Colômbia. Essas mercadorias são encaminhadas para a Europa e para os EUA através dos portos brasileiros.

O mapa abaixo evidencia a quantidade de portos no território nacional, nos quais a Guarda Portuária exerce ampla atividade de monitoramento e de segurança. Veja-se:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS.



Logo, é incontestável, portanto, que a guarda portuária **realiza atividade de polícia administrativa**, consoante com as diretrizes constitucionais atinentes à segurança pública, atuação que se materializa na repressão e combate ao tráfico internacional de entorpecentes, de armas e de mercadorias ilícitas, as quais seriam destinadas ao comércio e consumo internacional.

É essa relevância institucional que justifica o modelo normativo constitucional de atribuir ao Congresso Nacional, e não ao Executivo ou quaisquer de seus órgãos, a prerrogativa de disciplinar, por via de lei em sentido formal, o regime jurídico da segurança pública, em geral, e da Guarda Portuária, em particular.

Nela, o Congresso *redimensionou* o papel da Guarda Portuária, **inserindo-a no rol de autoridades integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**, nos termos do art. 9º, § 2º, XVI, acima referido. Neste pormenor, convém relembrar jurisprudência recente deste eg. Supremo Tribunal Federal, que assentou, com precisão, que o rol de órgão de segurança pública, previsto no art. 144, **é meramente exemplificativo**:

“O Legislador, ao reespecificar o comando constitucional, acolheu a interpretação que, a meu sentir, melhor realiza a finalidade da política de segurança, enfatizando o aspecto institucional e a eficiência dos órgãos administrativos. Rompe-se com a anterior fórmula de organização que encontrava amparo neste Tribunal, qual seja, de repartição federativa, com descentralização e engessamento. Em seu lugar, **Sistema Único promove centralização do planejamento estratégico, e flexibilidade das atribuições dos órgãos responsáveis pela segurança pública, retirando, portanto, a taxatividade do caput do art. 144 da CRFB/88.**”

(...) **Esta posição é a que, acertadamente, cria incentivos para a coordenação dos entes federais nesta tão indispensável política pública.**” (STF – Plenário, ADI nº 6621, rel. Min. Luiz Edson Fachin, DJe 24.06.2021 – grifou-se).



Portanto, cumpre destacar que as atividades da Guarda Portuária transcendem a de uma mera gestão patrimonial, na verdade consiste no **exercício indelegável do poder de polícia nos portos brasileiros**, na medida em que lhe cabe o controle da regularidade das atividades

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256875344800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Lindenmeyer

